

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA



Demonstrações Financeiras Conglomeradas

30 de junho de 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Novo Hamburgo - RS

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Sinosserra Financeira S/A - CFI, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração do Grupo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Grupo, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Grupo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sinosserra Financeira S/A – CFI (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”) em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros Assuntos

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Conforme Nota Explicativa nº 2 a empresa Sinosserra Administradora de Consórcios S.A., foi auditada por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria sem modificações.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2016.

Vicente Michelin
CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON & PUERARI Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA
 Novo Hamburgo – RS
BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

	Nota Explicativa	Conglomerado	
		30/jun/2016	30/jun/2015
CIRCULANTE		47.777	41.519
Caixa e Equivalentes	4	96	613
Aplicações Financeiras	5	44.234	39.970
Serviços Prestados a Receber		100	31
Créditos e Títulos a Receber	6	1.392	-
Adiantamentos		15	23
Impostos a recuperar	7	701	410
Devedores p/ Compra de Bens	8	361	85
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	769	326
Devedores Diversos – País		69	10
Despesas Antecipadas		40	51
NÃO CIRCULANTE		31.695	30.413
Créditos e Títulos a Receber	6	201	-
Devedores p/ Compra de Bens	8	2.511	-
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	6.798	1.249
Impostos Diferidos a Compensar		167	45
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10	10.830	10.244
Aplicações em Quotas de Consórcios	11	1.947	1.988
Empréstimos a Grupos	12	7.830	6.986
Devedores por Depósito em Garantia		307	283
Investimentos em Imóveis		-	2.858
Investimentos Empresas Ligadas		-	5.614
Imobilizado	13	1.088	1.129
Intangível	13	16	17
TOTAL DO ATIVO		79.472	71.932

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA
 Novo Hamburgo – RS
BALANÇO PATRIMONIAL
CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

PASSIVO			
	Nota	Conglomerado	
	Explicativa	30/jun/2016	30/jun/2015
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		50.006	48.359
Obrigações Sociais e Fiscais	14	1.096	666
Cobrança e Arrecadação de Tributos		4	-
Impostos s/ Lucros		-	-
Recursos a Devolver a Consorciados	15	47.594	45.810
Credores Diversos - País		801	410
Partes Relacionadas		19	-
Provisões Técnicas e Trabalhistas	16	492	101
Obrigações p/Compra de Imóveis - Investimentos		-	1.372
		10.863	10.277
NÃO CIRCULANTE			
Provisão s/Lucro Diferido		33	33
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	17	10.830	10.244
		18.603	13.296
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	18	10.000	5.050
Reservas de Reavaliação		242	242
Reservas de Lucros		9.346	8.989
Ações em Tesouraria		(985)	(985)
Prejuízos Acumulados		-	-
Participação Minoritários		-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.472	71.932

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

	Nota Explicativa	Conglomerado	
		30/jun/2016	30/jun/2015
Receita de Intermediação Financeira		3.094	2.554
Rendas Operações de Crédito		118	-
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	19	2.976	2.554
Despesas de Intermediação Financeira		(26)	-
Variação das Provisões		(26)	-
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.068	2.554
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(2.201)	(905)
Receita de Prestação de Serviços	20	8.631	7.019
Despesas Operacionais e Administrativas	21	(7.880)	(5.206)
Despesas Financeiras	22	(1.825)	(1.401)
Despesas Tributárias	23	(1.405)	(826)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		56	(232)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		222	(259)
Resultado Operacional		867	1.649
Imposto de Renda e Contribuição Social		(258)	(612)
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(258)	(612)
Participações Estatutárias no Lucro		-	(40)
Lucro/(Prejuízo) Líquido		609	997
Lucro por ação		0,06	0,19

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

Eventos/Contas	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Lucros Retidos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos				
Saldo em 01/jan/2015	4.500	242	628	771	230	7.226	(985)	-	12.612
Resultado do Período	-	-	-	-	-	-	-	997	997
Pagamento Dividendos Suplementares	-	-	-	-	-	-	-	(863)	(863)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	-	-	-	-	-	(863)	-	863	-
Integralização de Capital	550	-	-	-	-	-	-	-	550
Destinação do Resultado									
Reserva de Lucros Retidos	-	-	-	-	-	997	-	(997)	-
Saldo em 30/jun/2015	5.050	242	628	771	230	7.360	(985)	-	13.296
Mutação no período	4.950	-	89	-	-	271	-	(104)	5.206
Saldo em 31/dez/2015	10.000	242	717	771	230	7.631	(985)	(104)	18.502
Pagamento Dividendos Suplementares	-	-	-	-	-	-	-	(508)	(508)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	-	-	-	-	-	(508)	-	508	-
Resultado do Período	-	-	-	-	-	-	-	609	609
Destinação do Resultado									
Reserva de Lucros Retidos	-	-	-	-	-	505	-	(505)	-
Saldo em 30/jun/2016	10.000	242	717	771	230	7.628	(985)	-	18.603
Mutação no período	-	-	-	-	-	(3)	-	104	101

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL**

	Conglomerado	
	30/jun/2016	30/jun/2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/prejuízo líquido do exercício	609	679
Resultado da Equivalência Patrimonial	(56)	(531)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	10	-
Baixas Investimentos	2.858	-
Baixas Investimentos - Participações em Empresas	6.202	-
Baixas Imobilizado	4	10
Provisão para Contingências Trabalhistas	38	353
Impostos Diferidos a Compensar	(13)	(109)
Depreciação e amortização	30	35
	9.682	437
(Aumento)/redução dos itens que não afetam o caixa: Ativo		
Serviços Prestados a Receber	(65)	(4)
Créditos e Títulos a Receber	(1.591)	(12)
Outros Créditos	(25)	-
Outros Valores ou Bens	(4)	-
Adiantamento e Antecipações Salariais	(1)	4
Devedores Diversos - País	(23)	(5)
Impostos à Recuperar	36	(329)
Despesas Antecipadas	(26)	41
Devedores p/ Compras de Bens	(2.793)	6
Devedores p/Compras Participações	(6.097)	105
Aplicações em Cotas de Consórcios	41	-
Empréstimos a Grupos	(1.332)	488
Devedores por Depósito em Garantia	(30)	6
	(11.910)	300
Aumento/(redução) dos itens que não afetam o caixa: Passivo		
Obrigações Sociais e Fiscais	426	8
Credores Diversos - País	183	(1.164)
Recursos a Devolver a Consorciados	1.708	77
Créditos com Grupos	17	2
	2.334	(1.077)
Caixa líquido nas Atividades Operacionais	106	(340)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado	(9)	(18)
Aquisição de Intangível	(11)	-
Caixa líquido nas Atividades de Investimentos	(20)	(18)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	-	4.950
Dividendos Propostos	(931)	-
Caixa líquido nas Atividades de Financiamentos	(931)	4.950
Aumento (Redução) líquido nas disponibilidades	(845)	4.592
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	45.175	40.583
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	44.330	45.175

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (EM R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”) opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	73.814	60.656	13.158	560
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	5.658	213	5.445	49
Ajustes e Eliminações	-	-	-	-
Demonstrações financeiras conglomeradas	79.472	60.869	18.603	609

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data e em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	36.765	31.775
Títulos de Renda Fixa	7.469	8.195
Total de Títulos e Valores Mobiliários	44.234	39.970

NOTA 6 - CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

Nível de Risco	% Provisão	30/jun/2016		30/jun/2015	
		Operações de Crédito	Provisão p/ Oper. de Crédito	Operações de Crédito	Provisão p/ Oper. de Crédito
AA	0,00%	-	-	-	-
A	0,50%	1.577	(8)	-	-
B	1,00%	6	-	-	-
C	3,00%	4	-	-	-
D	10,00%	14	(1)	-	-
E	30,00%	2	(1)	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	-	-
H	100,00%	-	-	-	-
Total		1.603	(10)	-	-

As operações de crédito são compostas por empréstimos nas modalidades crédito pessoal e crédito consignado, e por financiamentos nas modalidades de CDC e Vendedor.

	<u>30/jun/16</u>	<u>30/jun/15</u>
Circulante	1.392	-
Realizável a Longo Prazo	201	-
Total	1.593	-

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
Vencidos	9	-
A vencer até 3 meses	726	-
A vencer de 3 até 12 meses	666	-
A vencer de 1 a 3 anos	200	-
A vencer de 3 a 5 anos	2	-
Total	<u><u>1.603</u></u>	<u><u>-</u></u>

NOTA 7 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo seguem impostos a recuperar registrado nessa rubrica.

<u>Impostos a Recuperar</u>	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
Impostos diferidos a compensar	609	410
Saldo negativo exercícios anteriores	92	-
Total Impostos a recuperar	<u><u>701</u></u>	<u><u>410</u></u>

NOTA 8 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda, valor de R\$ 1.365, para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em abril de 2020. Também está registrado nessa conta o valor de R\$ 6.201 referente a venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda. As parcelas são remuneradas pela variação do IPCA mais juros de 0,5% ao mês.

NOTA 10 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta "Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante".

NOTA 11 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 13 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

a) Imobilizado

	Taxa Depreciação	Saldo Inicial 31/dez/2015	Aquisições	Outros Movimento	Saldo final 31/dez/2016	Depreciação Acumulada	Saldo Residual 30/jun/2016	Saldo Residual 30/jun/2015
Terrenos	-	305	-	-	305	-	305	305
Prédios e Benfeitorias	4%	778	-	-	778	(330)	448	448
Instalações	10%	279	2	-	281	(161)	120	125
Veículos	20%	130	-	-	130	(52)	78	88
Sistemas de Segurança	10%	35	-	-	35	(22)	13	14
Computadores e periféricos	20%	173	-	(34)	139	(118)	21	33
Móveis e utensílios	10%	256	7	(12)	251	(148)	103	116
Total do Imobilizado		1.956	9	(46)	1.919	(831)	1.088	1.129

b) Intangível

	Taxa Depreciação	Saldo Inicial 31/dez/2015	Aquisições	Outros Movimento	Saldo final 31/dez/2016	Amortização Acumulada	Saldo Residual 30/jun/2016	Saldo Residual 30/jun/2015
Marcas e Patentes	10%	-	9	-	9	(1)	8	-
Direito de Uso de Proc de Da	20%	1	-	-	1	-	1	-
Direito de Uso de software	20%	96	2	-	98	(91)	7	17
Total do Intangível		97	11	-	108	(92)	16	17

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPOVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	30/jun/2016	30/jun/2015
Imposto de renda retido na fonte	13	4
IRPJ/CSLL a recolher	48	19
Retenções e contribuições	7	6
INSS a recolher	76	80
ISS a recolher	83	38
FGTS a recolher	19	22
PIS e COFINS a recolher	179	102
Obrigações com salários	75	48
Provisões de pagamentos a efetuar	596	347
Total Obrigações Sociais e Fiscais	1.096	666

NOTA 15 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 16 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) CAPITAL SOCIAL**

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, teve suas atividades iniciadas em novembro de 2015, tendo a constituição do capital nesse mesmo ano no valor de R\$ 5.500 mil.

A Sinosserra Administradora de Consórcios S.A. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) RESERVAS DE REAVLIAÇÃO

A Sinosserra Administradora de Consórcios S/A possui nessa rubrica valores de reavaliação de seus imóveis levando os mesmos a valor de mercado.

c) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
Reserva legal	717	628
Reservas estatutárias	8.629	8.361
Reserva para aumento de capital social	771	771
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	7.628	7.360

d) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações em tesouraria, parte integrante do Patrimônio Líquido da Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, são originadas da aquisição de acionista minoritário.

NOTA 19 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Sinosserra Consórcios		Sinosserra CFI	
	30/jun/2016	30/jun/2015	30/jun/2016	30/jun/2015
Aplicação em CDB	-	-	524	507
Fundos de Investimento	317	-	2.135	2.047
	317	-	2.659	2.554

NOTA 20 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

<u>Despesas Operacionais e Administrativas</u>	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
Despesas Fixas	386	341
Despesas Semi-fixas	623	151
Despesa com pessoal	2.906	2.100
Despesas Variáveis	3.965	2.614
Total Despesas Operacionais e Administrativas	7.880	5.206

NOTA 22 - DESPESAS FINANCEIRAS

<u>Despesas Financeiras</u>	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
Juros e despesas financeiras	8	17
Varição monetária	1.817	1.384
Total Despesas Financeiras	1.825	1.401

NOTA 23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

<u>Despesas Tributárias</u>	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
PIS/COFINS	948	602
Impostos Municipais	421	169
Outros Impostos	36	55
Total Despesas Tributárias	1.405	826

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

<u>IRPJ e CSLL</u>	<u>30/jun/2016</u>	<u>30/jun/2015</u>
IRPJ	181	446
CSLL	77	166
Total do IRPJ e CSLL	258	612

NOTA 25 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basiléia)

No exercício findo em 30 de junho de 2016, a Sinosserra Financeira S/A – CFI encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela resolução 2º 2099/94 e legislação complementar do Banco central do Brasil. Com um Patrimônio de Referência – PR de R\$ 18.518.187 apresentou Índice de Basiléia de 31,86%.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

I – RISCO DE CREDITO

O Grupo Sinosserra, em consonância com a Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, e visando atender a todos os requisitos regulatórios, possui adequada estrutura de Gestão do Risco de Crédito, que permite o controle dos possíveis riscos em que a Financeira esteja incorrendo, compreendendo principalmente procedimentos que são analisados periodicamente pelo Comitê de Crédito.

II – RISCO OPERACIONAL

O estabelecimento de controles internos é fundamental para a gestão eficiente do risco operacional, logo, o Grupo Sinosserra avalia todos os produtos, serviços, processos, sistemas, unidades/atividades e pessoas sob o enfoque de risco operacional.

III – RISCO DE MERCADO

O Grupo Sinosserra avalia mensalmente o comportamento das taxas de juros projetadas para os próximos anos e a sua relação com as taxas pré-fixadas utilizadas pela Instituição, visando minimizar ou eliminar riscos de variação que prejudiquem o resultado da instituição.

A mitigação deste risco tem como componente a diversificação dos riscos e estabelecimento de spreads mínimos pretendidos nas operações/produtos, mantendo equilíbrio na relação risco/retorno.

IV – RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Sinosserra entende que é imprescindível a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

V – RISCO DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Para assegurar a existência de uma estrutura de gestão de capital a Instituição realiza a definição de metas e limites que possibilite o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos